

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ALANDA DE OLIVEIRA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

PRODUTO EDUCACIONAL

**DOIS VIZINHOS
2021**

ALANDA DE OLIVEIRA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CONSERVATIONS UNITS: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Produto Educacional apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Prof. Dra. Diesse Aparecida de Oliveira Sereia.

**DOIS VIZINHOS
2021**



Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) vinculado a este Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas foi discutido e definido ao longo do tempo. Para a construção deste material didático, realizamos inicialmente um levantamento bibliográfico sobre a gestão de Unidades de Conservação.

Este material é resultante da pesquisa desenvolvida, aonde abordou-se os principais aspectos que envolvem a gestão das UCs, apontando suas fragilidades e a necessidade de reforçar as políticas públicas ambientais, com o objetivo de tornar a mensagem ambiental universal e acessível para toda a sociedade, como uma ferramenta de discussão das questões socioambientais, envolvendo esta temática nos eixos da EA formal e não formal.

Com a intenção de alcançar ainda mais pessoas nesta discussão envolvendo as UCS, decidiu-se compartilhar estes resultados por meio de uma cartilha que é disponibilizada em um link do drive.



Segue o link:

<https://drive.google.com/file/d/1zIRO3pDvQ8pvSsuE6Uks5cRBjj5u6n6s/view?usp=sharing>

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



**DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ALANDA DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

Introdução	03
Proteção integral X Uso sustentável	06
E qual o papel da gestão ambiental?	18
Metodologia de estudo	19
Quanto ao gênero dos gestores	20
Quanto a existência de planos de manejo	22
Quanto a existência de planos de Educação Ambiental	24
Quanto as atividades realizadas durante a visitação pela população do entorno.....	26
Quanto aos conflitos existentes	29
Quanto ao significado dos parques para os gestores	33
Considerações finais	35
Referências.....	38

INTRODUÇÃO

Com o início da Revolução Industrial no século XVIII, a utilização dos recursos naturais foi aumentando gradativamente, pois o objetivo principal era focado na produção em grande escala e qualidade dos produtos, entretanto, esses fatores manifestaram-se alarmantes sobre o estado de conservação e preservação da natureza, pois não se demonstrava preocupação com as questões ambientais.

Ainda que tenha perdurado por um longo período, a ausência de precaução e/ou responsabilidade em relação a questões ambientais, a partir da segunda metade do século XIX, os debates e discussões ambientais começam a apresentar-se, como uma necessidade de disseminar a idealização de desenvolvimento sustentável. Diante disso, uma série de eventos foi essencial para que se fundamentasse e concretizasse de fato políticas públicas ambientais e a institucionalização de áreas que garantissem a preservação do meio ambiente.

O Brasil é um país que apresenta uma grandiosa biodiversidade representada pelos distintos biomas brasileiros. E por isso, torna-se essencial e indispensável promover a conservação e preservação do meio ambiente. Em vista disso, o Poder Público garante a criação e fiscalização de espaços territoriais com características naturais relevantes, com o objetivo de conservação e limites definidos, denominados como Unidades de Conservação – UCs, (Lei nº 9.985/2000).



PROTEÇÃO INTEGRAL

X

USO SUSTENTÁVEL?

DE ACORDO COM A LEI N° 9.985/2000, O SNUC É COMPOSTO POR 12 CATEGORIAS DE UC, AS QUAIS SE DIFERENCIAM NOS SEUS OBJETIVOS E CONFIGURAÇÃO DE PROTEÇÃO, ASSIM COMO A DELIMITAÇÃO DO USO DESTES ESPAÇOS. SENDO ASSIM DELIMITADAS EM UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E UCS DE USO SUSTENTÁVEL.

**VAMOS ENTENDER A
DIFERENÇA?**



PROTEÇÃO INTEGRAL

As Unidades de conservação de proteção integral necessitam de maiores cuidados, devido às suas particularidades, sendo permitido somente seu uso indireto, isto é, apenas para atividades que não haja consumo e destruição dos recursos naturais, como um Parque Nacional.



USO SUSTENTÁVEL

Nas UCs de uso sustentável, conforme o Ministério do Meio Ambiente (2000) é permitido o uso de seus recursos, desde que seja assegurado e conciliado com a conservação da natureza, pois possuem um certo grau de ocupação humana, como uma Área de proteção ambiental.



E QUAL O PAPEL DA GESTÃO AMBIENTAL ?

GESTÃO AMBIENTAL IMPLICA EM CONVIVÊNCIA HARMÔNICA DO HOMEM COM O AMBIENTE QUE O CERCA, EM RESPEITO E CUIDADO COM AS DEMAIS ESPÉCIES DE SERES VIVOS E ELEMENTOS DA NATUREZA (JUNIOR, RUBENS, 2014). EM VISTA DISSO, A LEGISLAÇÃO É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA A GESTÃO AMBIENTAL, POIS EXERCE CONTROLE E LIMITAÇÕES DAS AÇÕES ANTRÓPICAS.



Nesta perspectiva, de acordo com o ICMBio (2012), um dos principais objetivos da gestão das UCs, além de efetivar e fiscalizar as leis, é encontrar mecanismos hábeis de associar os recursos com as demandas da unidade, sendo que o ICMBio é responsável por desenvolver e efetivar programas de EA, projetos de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade (ICMBio, 2016), que são fundamentais para compreender os desafios destes locais, incrementando no monitoramento e planejamentos ambientais estratégicos.

**AGORA VAMOS FALAR DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
A SUA IMPORTÂNCIA
PARA AS UCS?**

A Educação Ambiental (EA) surgiu no contexto de uma crise ambiental reconhecida no final do século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e práticas sociais capazes de minimizar os impactos ambientais (LAYRARGUES. LIMA. 2014, p. 26).



Em âmbito brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) afirma que, a institucionalização da Educação Ambiental, ocorreu em 1981, com a promulgação da Lei nº 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que instaurou no poder legislativo, a indispensável importância da EA em todos os níveis de ensino, incluindo a comunidade. Complementar a isso, no ano de 1999, foi promulgada a lei nº 9975/99, que dispõe sobre a EA, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, reforçando assim a EA como componente essencial da educação nacional.

É importante salientar, que a EA não pode ser entendida como algo singular, e sim como multidisciplinar, dessa forma, é crucial a realização de ações educativas que agreguem metodologias dinâmicas de fácil entendimento e sensibilização, onde os membros da sociedade possam atuar, mesmo que voluntariamente, através de projetos, cursos de capacitação, palestras e visitas técnicas, que podem incluir visitas às UCs (DICK, 2012).

Considerando todos estes aspectos, a EA, faz parte do processo educativo amplo e dinâmico que uma UC pode ter, coexistindo de maneira articulada e em diferentes modalidades, ela torna-se uma alternativa para a manutenção destes locais, uma vez que permite compreender suas distintas dimensões e perspectivas, pois de acordo com o ICMBio (2016), a EA é vista como um instrumento da gestão ambiental pública.



**AGORA QUE JÁ COMPREENDEMOS
ALGUNS DOS ASPECTOS
RELACIONADOS AS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO, PRECISAMOS
FALAR SOBRE OS DESAFIOS E
PERSPECTIVAS QUE ESTES LOCAIS
ENFRENTAM.**

As Unidades de Conservação tendem a apresentar pressões e diversos tipos de conflitos, devido às suas características e normas restritivas estabelecidas (FLORES; GRUBER; MEDEIROS, 2009). A exemplo disso, um dos principais conflitos apresentados, são as atividades agropecuárias próximas a UCs, considerando as restrições que são impostas pela legislação, assim estabelecendo limitação da utilização do espaço, e além disso, outro fator a ser destacado é o plantio e cultivo de vegetação exótica que pode interferir no equilíbrio do ecossistema local.



ENTENDER A REALIDADE DE UMA UC, NÃO DIZ RESPEITO SOMENTE ÀS ESPÉCIES QUE ALI VIVEM OU A BELEZA CÊNICA QUE PODE SER VISLUMBRADA, É PRECISO IR ALÉM DESSES CONCEITOS, OU SEJA, DE QUE FORMA ESTE LOCAL É GERIDO, QUAIS OS CONFLITOS QUE ALI EXISTEM, COMO OS RECURSOS SÃO ADMINISTRADOS, DE QUE MANEIRA AS AÇÕES ANTRÓPICAS PODEM AFETAR A BIODIVERSIDADE E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO AMBIENTE, MAS TAMBÉM COMO VIVE A POPULAÇÃO DO ENTORNO.

Portanto, é necessário investir com maior intensidade em pesquisas científicas que proporcionem investigar a realidade das UCs, levando em consideração que os resultados obtidos podem auxiliar e viabilizar em futuras melhorias e planejamentos destes espaços.



Este material é resultante de uma pesquisa intitulada como: GESTÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS DIFERENTES BIOMAS BRASILEIROS: ESTUDO DE CASO EM PARQUES NACIONAIS.

Onde abordou-se os principais aspectos que envolvem a gestão das UCs, apontando suas fragilidades e a necessidade de reforçar as políticas públicas ambientais, com o objetivo de tornar a mensagem ambiental universal e acessível para toda a sociedade, como uma ferramenta de discussão das questões socioambientais, envolvendo esta temática nos eixos da EA formal e não formal.

VAMOS JUNTOS PROMOVER A CONSERVAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE!!!

METODOLOGIA DE ESTUDO

Para realizar esta pesquisa, contamos com a construção de um questionário semiestruturado de caráter qualitativo elaborado através da ferramenta Google Forms, tendo em vista que o questionário semiestruturado, com questões abertas e fechadas, permite a possibilidade de obter informações que não se encontram na literatura e fontes documentais. Este questionário foi composto por 12 questões relacionadas a gestão e educação ambiental.

O principal desafio encontrado foi: como atingir e/ou obter as informações dos gestores responsáveis por cada Parque Nacional, visto que nem sempre haverá retorno e participação.

Dos 74 gestores convidados a participar desta pesquisa, somente 17 retornaram o questionário encaminhado via e-mail.

QUANTO AO GÊNEROS DOS GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Verificou-se que, dentre os gestores participantes, 12 pertencem ao sexo masculino e 05 pertencem ao sexo feminino



QUANTO A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE MANEJO

Neste estudo, dos 17 gestores que responderam o questionário, apenas 76,5% afirmaram possuir Plano de Manejo ativo, demonstrando um cenário preocupante, tendo em vista a obrigatoriedade leg. Cerca de 17,6% não apresentam e 5,9% dos parques estão em processo de elaboração, tornando os dados semelhantes ao Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, dos 74 parques federais existentes apenas 44 possuem plano de manejo (MMA, 2021).

O Plano de manejo é um instrumento obrigatório em todos os Parnas, como dispõe o Art. 27 da lei 9.985/2000, no qual a unidade a partir da sua data de criação tem um prazo de até 05 anos para sua elaboração e implantação. A efetividade da gestão de uma UC está intimamente relacionada com o Plano de Manejo, pois este estabelece normas e diretrizes que direcionam o serviço realizado, como destacado no Art. 28 do SNUC: “São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos”.

QUANTO A PRESENÇA DE PLANOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dentre os Parques participantes, 53,9% não dispõem um plano de Educação Ambiental e somente 23,5% usufruem de um planejamento, já outros participantes alegaram contar com diretrizes e alguns projetos que envolvem escolas estaduais e municipais, o que totaliza 23%.

A EA estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e práticas sociais capazes de minimizar e discutir as temáticas ambientais (RODRIGUES; CAMPANHÃO; BERNARDI, 2018).

No entanto, uma das características que predominam na EA é a sua perspectiva conservacionista e pragmática, voltado a conservação, preservação, e resolução de problemas, apresentando ainda uma característica despolitizada com fragilidades teóricas e metodológicas que podem levar a práticas ingênuas e reducionistas, conhecidas como adestramento ambiental. Utiliza-se esse termo, por que tais práticas não questionam a estrutura social vigente (LAYARGUES; LIMA, 2014). Isto não significa que tais práticas não sejam necessárias, mas que possamos estruturar uma EA que reconheça as fragilidades do ambiente, questione nossas responsabilidades e quais são as necessidades em diferentes contextos.

QUANTO AS ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE A VISITAÇÃO PELA POPULAÇÃO DO ENTORNO

Dentre as principais atividades apontadas pelos gestores, observa-se que 37,5% das visitas são autoguiadas, e em torno de 31,3% são visitas guiadas, e isso se deve ao fato de que as pessoas buscam cada vez mais o lazer e contato com a natureza. Por outro lado, apenas um gestor apontou que ocorre a capacitação de profissionais e prestação de serviços, o que totaliza 6,3%.

Ademais, dois gestores apontaram que as principais atividades estão relacionadas com o acompanhamento de parentes em visitas e o lazer/contato com a natureza, o que totaliza 12,6%, e apenas um gestor (6,3%) aponta que são realizadas atividades do planejamento de EA.

Aqui destaca-se o apontamento de um gestor:

“...Pescadores (amadores e profissionais) utilizam o entorno da UC para a pesca devido a abundância de peixes de valor comercial na região..”.

Todavia, esta prática é permitida somente em UCs de uso sustentável, dentro das condições estabelecidas pelo Plano de Manejo (ICMbio, 2020). Sabe-se que a atividade citada como exemplo não é permitida nessa categoria de UCs, no entanto, isso reflete a atual situação da gestão em diversas unidades, uma vez que a carência de recursos e corpo técnico especializado impede a efetiva fiscalização e resulta na instabilidade da conservação da biodiversidade diante de inúmeras pressões e ameaças, que representam os impactos já enfrentados e os impactos que apresentam uma tendência futura (BRASIL, 2015). Assim salienta-se a importância de investimentos e políticas públicas voltadas para a conservação e proteção dessas áreas.

QUANTO AOS CONFLITOS EXISTENTES

Outro aspecto que merece ênfase e discussão incorporadas no âmbito da gestão dos Parnas é a existência de conflitos, que influenciam diretamente no trabalho realizado pelos gestores e órgãos ambientais responsáveis. Dentre os participantes desta pesquisa, 94,5% afirmam existir algum tipo de conflito relacionados com diversas vertentes, como a caça e a pesca ilegal, turismo irregular, ocupações irregulares, espécies invasoras, queimadas e desmatamento. Além disso, alguns gestores de Parnas dentro do bioma pantanal apontam o caso da ativação da hidrovia Paraguai-Paraná que provoca sérios impactos ambientais.

Destaca-se aqui alguns apontamentos e argumentos dos gestores (Os nomes dos Parnas foram retirados do texto para preservar o sigilo desta pesquisa):

a) Problemas fundiários, o Parque foi criado em área ocupada por populações tradicionais e os esforços de regularização fundiária foram muito tímidos nos últimos anos, agravando o conflito.

b) O conflito mais grave diz respeito ao avanço de atividade de garimpo ilegal para o interior da UC. A carência de recursos humanos para fiscalização e as dificuldades logísticas são os principais entraves para combater os ilícitos.

c) Sobreposição com território quilombola

A situação dos conflitos tende a se agravar à medida que os recursos do ambiente se tornam escassos, suscitando conflitos de interesses relacionados ao acesso e ao controle destes recursos, provocando intensas pressões sobre as UCs (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, o enfrentamento e gerenciamento é capaz de auxiliar na mediação dos conflitos, ao reconhecer os problemas ocasionados no ambiente e as injustiças socioambientais que estão relacionadas aos embates das unidades, para isso é importante o conhecimento e capacitação, fortalecidos com o planejamento de EA, além da comunicação entre equipe técnica, e segmentos sociais que participam da gestão (BRASIL, 2015).

QUANTO AO SIGNIFICADO DO PARQUE PARA OS GESTORES

As perspectivas dos gestores sobre o significado da unidade para a sua vida, tanto pessoal quanto profissional, são relativas para diferentes realidades. Cada gestor gerencia um parque diferente com particularidades e desafios, que se estendem num conjunto desde a localidade da UC, recursos técnicos e financeiros disponíveis e os conflitos socioambientais. Nesse caso, de acordo com a metodologia proposta por Bardin (1977), classificou-se tais perspectivas em duas categorias principais: A perspectiva envolvida com a relevância e/ou significado profissional; E a que abrange a perspectiva de relevância e/ou significado conservacionista.

Realizando essa classificação, observa-se que 14 gestores demonstram uma significância associada ao conservacionismo e essência biológica do parque, alguns exemplos são citados abaixo (novamente pequenos trechos foram suprimidos para a sigilosidade):

a) Unidade que preserva o maior patrimônio espeleológico do (...) e que preserva a rica biodiversidade e matas remanescente de mata atlântica, bem como ícone do turismo da região.

b) Sustentabilidade em prol de todos. Se o parque vai bem, todos irão também.

c) Uma ferramenta para propagação da mensagem ambiental, para ajudar a melhorar a postura do homem perante a natureza. Um laboratório a céu aberto para estudo e compreensão de aspectos ecológicos e de biodiversidade. Um acervo imenso de recursos genéticos.

d) Representa importante unidade de conservação de endemismos e espécies ameaçadas.

e) Área de inestimável beleza e significado do patrimônio arqueológico da Caatinga

Por outro lado, 03 gestores participantes apontaram uma significância que abrange uma perspectiva relacionada com a relevância profissional, sem apontar outros detalhes, como descritos abaixo:

a) Meu trabalho

b) Uma missão profissional de alta relevância.

c) Trabalho

Diante desses argumentos, cabe aqui salientarmos que os gestores exercem um papel fundamental para o desenvolvimento dos parques. Assim, a disponibilidade de recursos, sejam eles técnicos ou financeiros influencia diretamente no progresso do trabalho desenvolvido dentro das UCs, estabelecendo uma relação de desafios e oportunidades.

A compreensão da importância das UCs, da biodiversidade, conservação dos biomas e o papel dos gestores para a efetiva gestão destas áreas, não podem ser vistos somente como uma necessidade breve, mas como uma oportunidade para as presentes e futuras gerações debaterem o comprometimento com o meio ambiente, assim como ações que tentem minimizar os impactos ambientais e a emergência de poderes políticos e econômicos que visem garantir a efetividade na gestão e conservação da diversidade biológica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, teve-se a oportunidade de compreender uma pequena parcela da realidade dos Parques Nacionais diante do grande número de UCs brasileiras existentes nesta categoria. As diferentes realidades enfrentadas pelos gestores e as contínuas modificações da legislação ao longo do tempo demonstra que ainda há muitas possibilidades a explorar, reconhecendo que as UCs fazem parte da sociedade e necessitam ter visibilidade para tratar e discutir as questões socioambientais. Sendo assim, para uma maior compreensão da realidade ou gestão destes Parques, seria também necessário abranger a percepção de outros sujeitos que estão envolvidos, como funcionários terceirizados, voluntários, comunidade do entorno e público de visitação, tendo em vista que ao longo das perguntas desenvolvidas no questionário, os próprios gestores apontam a presença ou ação desenvolvidas por estes indivíduos.

São necessários maiores investimentos na gestão e infraestrutura de UCs, para fortalecer a conservação e a preservação do meio ambiente.

Mas, além disso, também é necessário investir com maior intensidade em pesquisas científicas que proporcionem investigar a realidade dos Parques Nacionais, levando em consideração que os resultados obtidos podem auxiliar e viabilizar em futuras melhorias e planejamentos destes espaços, como também promover autonomia para questionar e reivindicar o comprometimento político com as necessidades conservacionistas e desempenho da legislação ambiental do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.795 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.985 de 18 de jul. de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: documento básico. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2 ed, Brasília, 2004

DICK, Edilaine; PROCHNOW, Miriam, (orgs). Projeto Araucária: conservando e recuperando a Mata Atlântica. Atalanta: Apremavi, 2015. Acesso em: 10 de set. de 2019.

FLORES, Shana Sabbado. GRUBER, Nelson Sambaqui. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Gestão e conflitos em unidades de conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental. Rio Grande do Sul, 2009.

Disponível em:
<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/autoresind/GestaodeConflitoemUC.pdf>

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambient. soc., São Paulo ,v. 17, n. 1, p. 23-40, Mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

BARROS, Larissa Suassuna Carvalho; LEUZINGER, Marcia Dieguez. Planos de Manejo: Panorama, Desafios e Perspectivas. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 2, fev. 2019. ISSN 2317-8558. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/81895>>. Acesso em: 19 nov. 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/2317-8558.81895>.

BASSI, Nádia Solange Shmidth. SILVA, Christian Luiz. As estratégias de divulgação científica e transferência de tecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). In: INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 361-372, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n2/13.pdf> Acesso: 2 nov. 2019

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Recordes de visitação em parques nacionais. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15401-parques-nacionais-batem-novo-recorde-de-visita%C3%A7%C3%A3o.html> Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Conama - MMA. Sistema Nacional do Meio Ambiente - SINASMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm> Acesso em: 12 de set. de 2019

BRASIL. Instituto brasileiros de florestas, bioma pampas. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa> Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA. Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação: conheça as iniciativas que buscam soluções para gestão de unidades de conservação do Brasil. Brasil, 2018 Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/boas_praticas_na_gestao_de_uc_s_edicao_3_2018.pdf Acesso em: 01 de set. de 2019

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA. Planos de ação Nacional. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao-nacional> Acesso em: 01 de set. de 2019

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – MMA. Acordos de Gestão. Brasil, 2012. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/acordos-de-gestao> Acesso em: 02 de set. de 2019.

DICK, Edilaine; DANIELI, Marcos Alexandre; ZANINI, Alanza Mara (organizadores). *Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica*. Rio do Sul: Apremavi, 2012. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

DICK, Edilaine; PROCHNOW, Miriam, (orgs). *Projeto Araucária: conservando e recuperando a Mata Atlântica*. Atalanta: Apremavi, 2015. Acesso em: 10 de set. de 2019.

DRUMMOND, et al. Uma análise sobre a história e a situação de Unidades de Conservação no Brasil. In: *Conservação de Biodiversidade e Políticas Públicas*. 2010, p. 341 - 383. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/28053/mod_resource/content/1/Drummond_et_al_2010_UC_legislacao_historico.pdf

FAXINA, Fabiana. O turismo como dinâmica de Educação Ambiental para Parques Nacionais. Artigo apresentado no III Seminário de pesquisa em turismo no MERCOSUL, Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt12-o-turismo.pdf> Acesso em: 1 nov. 2019

FLORES, Shana Sabbado. GRUBER, Nelson Sambaqui. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Gestão e conflitos em unidades de conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental*. Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/autoresind/GestaodeConflitosemUC.pdf> Acesso em: 2 nov. de 2019

Fortalecimento comunitário em unidade de conservação : desafios, avanços e lições aprendidas no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, Programa Áreas Protegidas da Amazônia. – Brasília, DF: MMA, 2018

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa Social*. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

HAURA, Fernanda. *Uso público e turismo no Parque Estadual Vila Velha, no Paraná, Brasil: contribuições para um novo plano de manejo*. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70104/R%20-%20D%20-%20FERNANDA%20KARINA%20HAURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Instituto Brasileiro de Geografia. *Mapa de Biomas do Brasil*. Brasil, 2004. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html?=&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 14 de set. de 2019